

“Um dia a Igreja cai”: a importância cultural dos templos religiosos na cidade de Goiás

Eliézer Cardoso de OLIVEIRA*

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a importância cultural e simbólica dos templos religiosos católicos na cidade de Goiás, com base na análise das dificuldades da conclusão da Igreja Matriz de Santana e do impacto do incêndio da igreja da Boa Morte, ocorrido 1921. Nestes dois casos, vislumbra-se a importante função como símbolo de identidade coletiva dos templos católicos na sociedade goiana dos séculos XVIII, XIX e parte do XX.

Palavras-chave: Templos Religiosos. Cidade de Goiás. Catástrofe.

‘One day the church will fall’: The cultural importance of places of worship in the city of Goiás

Abstract: This paper aims to explore the cultural and symbolic importance of Catholic places of worship in the city of Goiás, by analyzing the difficulties encountered whilst completing construction of the *Igreja Matriz de Santana*, and the impact of a 1921 fire on the *Igreja da Boa Morte*. In these two cases it can be seen how Catholic places of worship functioned as an important symbol of collective identity in Goiás society in the 18th and 19th centuries, and part of the 20th century.

Keywords: Places of worship. City of Goiás. Disaster.

Introdução

No livro *Anais da Província de Goiás*, escrito em 1863, José Pereira Alencastre afirma:

Quantas vezes, viajando pelo interior do país, não nos parecerá que estamos entre um povo estranho, no seio de uma sociedade que não é

* Professor Doutor - Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado - Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas - UEG - Universidade Estadual de Goiás - Av. Juscelino Kubitschek, 146, Bairro Jundiá, CEP: 75110-390, Anápolis, Goiás, Brasil. E-mail: ezi@uol.com.br

nossa, e para quem não estão feitas ainda as instituições que nos regem e as leis que nos dirigem! É certo que há no país uma espessa camada, onde não atingiu ainda a luz redentora da civilização, e que só mais tarde, mais lentamente, poderá com vantagem recebê-la. (ALENCASTRE, 1979, p. 21).

Alencastre, que foi presidente da Província, incorporou na sua obra o sentimento da elite goiana de repúdio e medo em relação às práticas populares. Sentiam-se como ilhas de civilização num oceano de barbárie, podendo ser inundados a qualquer instante. No caso de Goiás a situação era agravada pelas poucas possibilidades de se vislumbrar a “luz redentora da civilização”; pelo contrário, a elite receava que os poucos focos de civilização existentes se apagassem. Disso deriva o sentimento de viver em um estado de decadência que marcou a elite goiana. Isso se verifica já na primeira obra de História escrita em Goiás, *O descobrimento, Governo, População e coisas mais notáveis da Capitania de Goyaz*, por Silva e Souza em 1812:

Mas isto mesmo que encontrei é quanto basta para fazer conhecer a vantajosa situação de Goiás, que ainda mesmo na maior decadência em que se considera, e a que diferentes motivos deram princípio, tem proporções para se levantar, para se ressurgir, logo que se possam aplicar a seu benefício os paternais cuidados d’El-Rei Nosso Senhor. (SILVA E SOUZA, 1998, p. 38).

O historiador, como homem de seu tempo, incorporou a angústia de seus contemporâneos em relação à situação precária e perigosa que os colonizadores se encontravam diante do “processo civilizatório”. O processo histórico da evolução progressiva da civilização parecia não se verificar em Goiás. O progresso era apenas esperança, a decadência, um fato. Por isso, o já citado Alencastre disse que a história de Goiás “é dolorosa de contar-se” (ALENCASTRE, 1979, p. 17).

Como categoria conceitual o termo “civilização” é utilizado no sentido dado por Norbert Elias (1993) ao processo civilizador, como sendo caracterizado pela pacificação da sociedade e controle dos instintos. Surgiu quando a nobreza europeia criou regras de etiqueta para se diferenciar das classes baixas, consideradas incivilizadas. Posteriormente, essas regras comportamentais foram apropriadas pela burguesia e tornou-se a marca de superioridade dos europeus perante outros povos colonizados.

Em Goiás, a implantação do projeto civilizador foi mais complicada do que nos outros lugares. Região periférica de um país periférico, oferecia inúmeros obstáculos à colonização ocidental: comunicações precárias com os centros urbanos, pequeno número de brancos europeus, natureza difícil de ser apropriada economicamente. Nesse novo ambiente, as práticas “civilizadoras” de origem europeias se mesclaram com as tradições indígenas,

negras e mestiças. A elite branca e católica se misturou aos negros e indígenas, absorvendo muitas práticas que iam de encontro com às admitidas, na época, como civilizadas.

Desse modo, o próprio termo “civilização” tem que ser colocado numa perspectiva histórica. De início, no século XVIII, ser “civilizado” em Goiás era pertencer a uma sociedade portuguesa, urbana, branca e católica inquisitorial; já no século XIX, ser “civilizado” era pertencer à sociedade brasileira, rural, mestiça e católica popular. A representação de “civilização” no cerrado goiano possuía atributos específicos: culinária, formas de morar, valentia, medos, estética e comportamentos próprios. No entanto, essa especificidade da “civilização” goiana foi objeto de críticas ácidas de viajantes estrangeiros e internalizada pela elite como deficiência. Daí o anseio dessa elite pela “civilização”, nos moldes europeus. Qualquer coisa que se pretendia fazer, uma ponte, um cemitério, uma igreja, era justificada em nome da “civilização”. Daí os projetos grandiosos de modernização. Ela fez um esforço sobre-humano para não se deixar contaminar pela cultura popular, de raízes negra e indígena. Seus membros, isolados e melancólicos, procuravam de todas as formas manter os laços com os centros civilizadores, mostrarem-se civilizados perante os visitantes estrangeiros que invariavelmente percebiam a impostura. Isso gerou uma relação social dominada pela angústia e pela ansiedade de não se sentir “civilizado”, em ver-se decadente.

Esse sentimento de decadência derivou-se da reorientação econômica para a agropecuária ocorrida no século XIX, após o declínio da exploração do ouro. Com isso acentuou-se o isolamento geográfico (Goiás era um dos lugares mais difíceis de chegar entre todas as províncias brasileiras), a ruralização (houve um rápido esvaziamento de muitos núcleos urbanos criados no tempo da mineração) e a miscigenação étnico-cultural entre europeus, indígenas e africanos. Tudo isso distanciava Goiás do modelo de “civilização”, inspirado nas sociedades europeias.

Nem a capital, a Cidade de Goiás, escapava de ser criticada como um lugar decadente. O primeiro romance de ficção científica publicado no Brasil, *O doutor Benignus*, de 1875, caracterizou assim a capital goiana: “o Dr. Benignus, porém, voltou triste de suas excursões à cidade. Lamentava ver tamanha decadência na capital de uma província tão privilegiada pela natureza e tão pouco aproveitada pelos homens” (ZALUAR, 1994, p. 266).

No início do século XX, o Estado de Goiás passou por importantes transformações estruturais. A mais importante delas foi a extensão dos trilhos de ferro por Goiás adentro, o que provocou a dinamização de cidades próximas à linha: Catalão, Ipameri e Anápolis, principalmente. A Cidade de Goiás, afastada dos trilhos, não acompanhou esse surto de modernização. Pelo contrário, foi gradativamente ampliando o sentimento de que a capital era uma cidade anacrônica, atrasada e geograficamente mal localizada, o que culminaria na transferência da capital para Goiânia, em 1937. Sintoma desse novo contexto, a cidade foi perdendo importantes instituições: em 1922, o 6º Batalhão de Caçadores, tropa federal,

deixou a cidade e foi se instalar perto dos trilhos, em Ipameri; o Seminário Santa Cruz também foi transferido para a cidade de Bonfim, na década de 1920, aumentando a sensação de desolação da população vilaboense.

Portanto, a Cidade de Goiás, a partir do início do século XIX, difundiu representações culturais ambivalentes: ao mesmo tempo que era a principal cidade do Estado, com imponentes edifícios administrativos e religiosos, era também símbolo da decadência e do atraso. Esse complexo sentimento coletivo pode ser analisado com base no estudo de dois importantes patrimônios materiais da cidade: as dificuldades e os percalços na construção da Igreja Matriz de Santana e o incêndio ocorrido na Igreja da Boa Morte em 1921.

A dificuldade na conclusão da Igreja Matriz de Santana

Durkheim, em seu estudo das *Formas elementares da vida religiosa*, destacou a importância do emblema totêmico para os aborígenes australianos:

Já que a força religiosa não é outra coisa senão a força coletiva e anônima do clã, e já que esta só é representável ao espírito sob a forma do totem, o emblema totêmico é como que o corpo visível do deus. É dele, portanto, que parecem emanar as ações benéficas ou temidas, que o culto tem por objeto provocar ou prevenir; em consequência, é especialmente a ele que se dirigem os ritos. (DURKHEIM, 1996, p. 229).

O emblema do totem possui tamanha força simbólica por ser a manifestação concreta de forças abstratas: os laços sociais que ligam os componentes do clã entre si. Desse modo, para os australianos, assim como para o soldado patriota, o emblema do totem e a bandeira representam concretamente o grupo em que vivem. É uma representação da memória coletiva e objeto de veneração ritual. Por isso vale a pena morrer ou matar por eles. A coesão social, em qualquer sociedade, necessita de símbolos para se perpetuar, pois de acordo com o sociólogo francês “sem símbolos, os sentimentos sociais não poderiam ter senão uma existência precária” (DURKHEIM, 1996, p. 141).

Essas colocações de Durkheim são valiosas para se compreender a importância simbólica dos templos religiosos em Goiás nos séculos XVIII e XIX. Além de símbolos religiosos, eles eram os principais elementos concretos aglutinadores da identidade coletiva e palco das mais importantes manifestações da vida social. Neles, geralmente, o indivíduo, por meio do batismo, era aceito na sociedade cristã; neles, ele se casava; neles ele se divertia nas festas religiosas; neles, ele podia – dependendo do seu *status* no grupo – ser enterrado. Nesses momentos rituais, eram reafirmados os compromissos de pertencimento ao universo de valores relacionados à sociedade cristã e europeia.

Geralmente um povoado começava com uma pequena capela; se ele crescia a capela era substituída por uma igreja mais imponente. Mesmo no início da colonização, no século XVIII, quando faltavam recursos financeiros, humanos e técnicos, nunca se descuidou da construção das igrejas. Pelo contrário, foi nessa época que, proporcionalmente, foram construídas mais igrejas em Goiás.

Bartolomeu Bueno da Silva, ao iniciar a exploração aurífera no Rio Vermelho em 1727, erigiu logo a capela, invocada a Nossa Senhora de Santana. Depois, graças à contribuição em ouro dos habitantes, foi inaugurada em 1743 a suntuosa igreja para ser matriz que “deixava de longe o templo da Meia Ponte” (ÉLIS, 1979, p. 09). No entanto, pouco tempo depois, em 1759, o telhado do templo desabou, destruindo os ricos ornamentos banhados em ouro de seu interior¹. Apenas em 1762 a igreja foi reconstituída, mas sem o forro do teto. Nos anos seguintes, a Matriz de Santana foi muito mais motivo de preocupação do que de orgulho para os habitantes da Capital. O viajante austríaco Emanuel Pohl, por exemplo, referiu-se a ela negativamente: “ambas as torres baixas estão a cair. Este templo é, aliás, escuro, não tendo vidraças nas janelas; o altar-mor é pobremente arranjado” (POHL, 1976, p. 141). Esta igreja parecia estar numa eterna reforma: em 1850 foi despendida uma quantia emergencial para o reparo do telhado²; em 1861, o presidente da província Alencastre foi obrigado a demolir parte de uma das suas torres, pois corria o risco de desabar, arruinando “grande parte do edifício”³. De fato, em três de junho de 1874 a catedral desabou em plena missa (FERREIRA, 1980, p. 46). No ano seguinte, o presidente da província Cícero de Assis demoliu “as paredes que estavam arruinadas desde longos anos em constante ameaça dos que transitavam por suas proximidades”⁴ (ASSIS, 1875 apud MEMÓRIAS..., 1999, p. 35). Iniciam-se os esforços – que durariam mais de 100 anos – para reconstruir a malfadada Matriz.

Tamanha demora é explicada pelo alto custo da obra e pela fraqueza econômica do poder público. Antes do desabamento, os engenheiros calcularam em 77 contos de réis a quantia para reformar a igreja, mas o desastre praticamente dobrou o valor: 139 contos de réis, quantia extremamente alta para Goiás – o volume bruto de todas as receitas do Governo neste mesmo ano não chegou a 122 contos de réis. Contudo, mesmo esse orçamento ampliado estava longe de ser suficiente para as obras de reconstrução. Os custos de uma nova igreja das dimensões da Matriz eram pesados demais para o tesouro provincial e para a comunidade goiana: o presidente Antero Cícero de Assis, em 1872, estimou-o em não menos de 800 contos de réis – equivalente a mais ou menos a receita bruta da Província durante quatro anos⁵.

O crédito conseguido por Antero Cícero do Governo Imperial para a reconstrução da matriz⁶ foi suficiente apenas para os alicerces e para levantar parte das paredes. Os seus

sucessores pareceram menos devotados à reconstrução da Matriz. Pelo menos um deles foi declaradamente contra – Joaquim de Almeida de Moraes:

A Igreja matriz está em reconstrução e está paralisada há mais de dois anos. Já se tem gasto, mais ou menos, a metade de orçamento, 140:000\$000, e pode-se dizer que apenas principiou-se a obra! Não há mais crédito para sua conclusão. As igrejas matrizes em geral reclamam concertos e reparos. Já é conhecida a minha opinião a respeito: parece-me que enquanto não tivermos estradas e escolas, os templos devem ficar a cargos dos fiéis 7. (MORAES, 1881 apud MEMÓRIAS..., 2001a, p. 232).

A posição crítica de Moraes denuncia os ventos seculares que soprariam vigorosamente com a República. Depois da mudança de regime, quando a construção e a manutenção de igrejas já não eram mais competência do Estado, as dificuldades para reconstrução da Matriz se multiplicaram. Agora, os esforços de reconstrução partiram dos bispos e dos habitantes da cidade.

Em 1909, o bispo Dom Prudêncio Gomes da Silva iniciou uma campanha para a reconstrução da Matriz. A planta era ousada: 25 metros de comprimento, 14 de largura e 10 de altura. Em 1916, as obras começaram, mas logo foram novamente interrompidas por falta de recursos. Em 1929, o bispo Dom Emanuel Gomes de Oliveira, ajudado pela comunidade, fez um novo esforço para reconstrução da Matriz. Foram criadas comissões masculinas e femininas para angariar fundos para as obras. A comissão feminina, fundada no dia 04 de abril de 1929 pela senhora Laila Amorim – secretária e presidente – e outras três que aceitaram o “encargo de cooperar para a construção da Catedral”⁸, mostrou-se bastante atuante, conseguindo o apoio de setores importantes da sociedade local para contribuir com as obras: o presidente do Estado, Brasil Caiado doou pedras para a construção⁹, o senhor João Marciano deixou o legado de três contos de réis para as obras e a comissão feminina angariou em pouco mais de um mês seis contos de réis¹⁰.

A comissão feminina foi atuante até 15 de julho de 1934. A construção de Goiânia iniciada no ano anterior para ser a nova capital do Estado deve ter subtraído muitos colaboradores e diminuído o entusiasmo da população vilaboense. Porém, passado o abalo inicial, a população retoma, nos anos 40, os esforços para a construção da Catedral, como – quem sabe – para sublimar a perda do título de “capital”. A figura de destaque foi a senhora Darcília do Amorim¹¹, que criou a Associação Sant’ana de Goiás, para angariar fundos para as obras. Finalmente, em 1967 o templo – ainda inacabado – é entregue ao público. Em 1998, já tombada como patrimônio histórico nacional, a Igreja passa por uma ampla reforma, sendo finalmente concluída no mesmo ano.



Figura 1 – Matriz de Santana na Cidade de Goiás - A aparência “inacabada” da Igreja foi inspirada na sua longa história de desabamentos e reconstrução

Fonte: Foto do Autor

Tantos desabamentos e tantas dificuldades para reconstrução estimularam a emergência de mitos por parte da criativa e muitas vezes exagerada tradição popular. Dizem que há muito tempo, a população havia prendido um padre na Igreja que, em represália, amaldiçoou-a: “o padre rogava uma praga e se acabasse a obra, a igreja, cairia, e com isso, ela já caiu sete vezes. Por isso a atual Catedral não foi rebocada por completo, apenas a uma certa altura, isso foi ideia minha, para não acabar a lenda”¹².

Maldições e padres rancorosos à parte, a construção da Matriz de Santana é um exemplo do quanto os templos religiosos eram importantes culturalmente para Goiás. Ela demonstra, sobretudo, a incompatibilidade entre a aspiração de se ter um templo por demais grandioso e a impossibilidade de construí-lo e mantê-lo. A Matriz de Santana, tal qual foi imaginada nos séculos XVIII, XIX e parte do XX, era inconcebível para as condições econômicas e tecnológicas dos habitantes de Goiás. Por isso tornou-se realidade apenas no final do século XX. Mas o que explica esses esforços titânicos em possuir uma igreja dessas dimensões? Devoção? Desejo de sobrepujar a grandiosa Catedral de Nossa Senhora do Rosário da rival Meia Ponte (atual Pirenópolis) no século XIX? Orgulho ferido, após 1933, por não ser mais capital do Estado? Talvez um pouco de cada um desses motivos.

A relação entre os goianos e as igrejas era mais profunda do que um mero ato de arrogância. Para a população de Goiás, as igrejas não representavam apenas devoção, mas, sobretudo, símbolos de “civilização”. Isso fica bem evidente na fala de José Assis Mascarenhas aos deputados goianos:

Senhores, eu admiro, como um dos maiores homens do Século, os encantamentos da nossa Religião, a magnificência do seu culto tendo-o por sacrificador um velho Eremita, por Altar um rochedo, por Igreja um deserto e por assistência inocentes Selvagens; mas nas habitações civilizadas, necessário é que tudo corresponda ao lugar Augusto, onde habita o Rei dos Reis, Sr. Das Nações.¹³

Um lugar dominado pelo estigma da decadência e pelo atraso (CHAUL, 2001) instiga uma postura religiosa exteriorizada e ritualística. Não bastava uma religião de consciência, era preciso fixá-la concretamente com pedras, taipa de pilão, altares, torres e sinos. A arquitetura religiosa possuía a função de lembrar os “colonizadores” a qual civilização eles pertenciam. Disso deriva a importância simbólica das igrejas em Goiás, bem percebida pelo presidente – goiano – Antero Cícero de Assis (1872):

A igreja é por toda parte do mundo o mais certo refúgio da humanidade aflita, e, entre nós, em algumas províncias como bem esta, o único foco de luz a espantar as trevas do embrutecimento. Sem a igreja o sertão do Brasil seria um campo de desordens. Quanto a mim, ela vale mais em qualquer povoado do que tudo mais quanto se possa estabelecer¹⁴.

Essa representação que concebia as igrejas como capazes de “espantar as trevas do embrutecimento” fez com que, por mais de dois séculos, as igrejas fossem as mais valiosas e imponentes construções arquitetônicas dos povoados goianos. Mesmo na Capital, sede do poder público, elas rivalizavam com os demais edifícios, em dimensão, imponência e custos. Nas outras localidades, os templos católicos, de longe eram as construções mais importantes.

Igrejas imponentes cercadas por construções medíocres. Longe do individualismo burguês de procurar deixar as marcas da personalidade do indivíduo na residência por meio da decoração¹⁵, os antigos usufruíam coletivamente da riqueza e da arquitetura sacra. A poetisa Cora Coralina percebeu isso bem:

Os antigos tinham profunda fé nos seus santos e como as moradas eram singelas e os hábitos modestos, eles deixavam luxos e requintes para os templos que levantavam. Eram, então, grossos paredões, portas enormes, soleiras de pedras, arcos, coros bem altos, torres, cornijas, belíssimos altares de talhas, colunatas, florões, relevos e muito dourado. (CORALINA, 2001, p. 13).

As igrejas eram depósitos da riqueza artística – sacra – da comunidade. Frequentá-las era a oportunidade quase única de a maioria da população deparar-se com as cores e formas das representações pictóricas e escultóricas. Por isso os templos eram depósitos dos objetos luxuosos da civilização, em alguns casos, nada artísticos. Pohl (1976, p. 143),

com razão, estranhou essa excentricidade: “não se pode compreender facilmente o porquê de ostentar na Casa de Deus utensílios mundanos como terrinas, açucareiros e outros”.

A monumentalidade das igrejas goianas do Dezoito e do Dezenove só é percebida quando a considera valendo-se de critérios internos à cultura local. Se, ao contrário, forem utilizados parâmetros de outras regiões e épocas, ela perde a imponência. Foi o que fez o francês Saint-Hilaire, ao descrever os prédios públicos – na época essa expressão incluía também as igrejas – de Vila Boa:

Quando falo de prédios públicos não se deve imaginar que se trata dos enormes edifícios que se veem na Europa. Ali tudo é pequeno, tudo é mesquinho, sem beleza e até mesmo, segundo dizem, sem solidez. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 51).

Deve-se desculpar o etnocentrismo do francês, não só por ser um homem de seu tempo, mas, sobretudo, por estar escrevendo para europeus, o que justifica a comparação. Embora legítima, a constatação da maior simplicidade da arquitetura goiana, quando comparada com a de outros locais, impede a compreensão da importância cultural dessa arquitetura para os habitantes de Goiás. A comparação só tinha sentido para aqueles que conheciam a arquitetura mais imponente de outras regiões do país ou do exterior; mas para a grande maioria da população, que nunca saía de Goiás, os templos e os prédios públicos eram imponentes. Como imaginar que uma criança camponesa, habitante de um rancho de paredes de pau-a-pique e telhado de folhas de palmeira, ao se deparar com uma igreja de mais de 10 metros de altura, não a considerasse grandiosa? Portanto, considerar a arquitetura religiosa goiana como “pequena”, “mesquinha”, “feia”, “simples”, “pífia” nada ajuda na compreensão do universo cultural da região na qual ela estava situada¹⁶.

Outro elemento simbólico bastante importante dos templos católicos era a sua localização. Geralmente se localizavam no centro e nos lugares elevados dos povoados. Nesse aspecto, o urbanismo português que moldou o colonial brasileiro foi influenciado pela cultura cristã e árabe, o que explica o fato de as

[...] ruas e espaços abertos [...] permitem, ou mesmo promovem, a visualização estratégica de um ou outro monumento não por acaso identificado sobre um outeiro, um terreno rochoso ou mesmo ao longo de uma rua misturado ao casario, implantado de forma a permitir um ângulo de visão que valorize suas formas e dimensões. (COELHO, 2001, p. 193).

Mircea Eliade (2002, p. 35) afirmou que quase todas as religiões utilizam o “simbolismo do centro”: “todo microcosmo, toda região habitada, tem o que poderíamos chamar um ‘Centro’, ou seja, um lugar sagrado por excelência”. Este centro seria uma

referência à Montanha Cósmica, à Árvore do Mundo ou ao Pilar Central, marcos da construção do mundo, lugares de interseção entre Céu, Terra e Inferno. Desse modo, os templos católicos estão imbuídos dessa simbologia arquetípica que relaciona o sagrado aos lugares centrais e elevados.

Com ou sem ajuda da topografia, as igrejas foram durante mais de duas centenas de anos, as construções humanas mais altas de Goiás. Ainda hoje, elas ainda o são em muitas cidades interioranas. Essa verticalidade era uma mensagem simbólica da preponderância hierárquica da Igreja sobre os poderes temporais, públicos e privados. Quando os primeiros edifícios não religiosos ultrapassaram a altura das igrejas, o impacto simbólico deve ter sido muito grande. Em Goiás, para o desespero dos católicos, o primeiro “arranha-céu” foi o Hospital Evangélico, um prédio de cinco andares, construído em Anápolis na década de 1930¹⁷. Talvez isso tenha influenciado na decisão dos padres dominicanos italianos de demolirem a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e construir uma nova igreja, no estilo gótico, de considerável altura, e que destoava totalmente da típica arquitetura colonial da Cidade de Goiás. De qualquer forma, nas grandes cidades, como em Goiânia, as catedrais ficariam literalmente à sombra dos prédios de apartamentos. Nada mais eloquente do que isso na afirmação da mudança substancial na forma de se representar as igrejas.

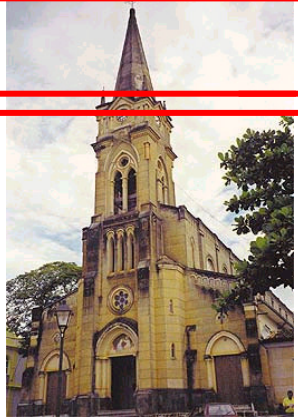
30 metros		
	22 metros	20 metros
Igreja do Rosário cidade de Goiás Construída em 1934 http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/noticias/ult338u2539.shtml	Hospital Evangélico Anápolis Construído em 1934 (Fanstone, s/d)	Matriz do Rosário Pirenópolis Construída no séc. XVIII http://www.hut.fi/~maweck/brasil/pirenopolis.htm

Figura 2 - Construções arquitetônicas mais altas de Goiás até a década de 1930

Fonte: Elaborado pelo autor

O desencantamento do mundo, uma das características fundamentais da modernidade, não deixou imune nem as igrejas. Alguns acontecimentos no arraial de Santa Luzia (Luziânia) são uma pequena amostra, entre as muitas existentes, do caráter sacro dos

templos em sociedades tradicionais. O povoado iniciou-se em 1746, quando foram descobertas minas auríferas no local. A avidez dos mineradores era de tal forma que chegaram a destruir a principal rua em busca do ouro. Não satisfeita a sua *auri sacra famis*, ameaçaram destruir a Capela edificada em 1748 e, segundo diziam, estava localizada sobre ricas lavras. Impedidos pelas autoridades e por parte dos moradores, recorreram à Coroa, que, tão gulosa quanto os garimpeiros, autorizou o prolongamento das lavras. Mais uma vez, os locais resistiram e a capelinha ficou de pé, indiferente ao absolutismo lusitano (BORGES, 1981, p. 15). Daí, talvez, a origem da lenda, segundo a qual uma grande serpente dormiria sob a Igreja, guardando o ouro, e destruiria o arraial, se fosse incomodada. Seja como for, 12 anos depois, a Igreja salvaria a vida do sertanista “pacificador de índios” João de Godoy Pinto da Silveira que, envolvido numa briga com o juiz José Pereira Lisboa e outros graúdos de Santa Luzia, refugia-se no templo. Se não fosse o respeito de seus perseguidores pelo local sagrado, Godoy teria abruptamente encerrado sua carreira de matador de indígenas que tanto o celebrizou¹⁸. Na época moderna, os templos, ainda que de certa forma portadores de um carisma religioso, não são salvaguardas de criminosos e brigões, nem conseguem sempre resistir aos interesses do Estado, como o foi o caso da igreja de Santa Luzia.

Enfim, os templos católicos goianos dos séculos precedentes, no sentido material e concreto do termo, possuíam uma grande importância simbólica. Serviam como locais de culto, de sociabilidade profana, de reforço à identidade local, de marcos da memória coletiva e de apreciação estética. Pode-se afirmar, sem exagero, que as igrejas eram o centro da vida social comunitária goiana. Com a modernização, as igrejas perderam a preponderância social e a visibilidade na paisagem urbana. Agora elas disputam – literal e figuradamente – espaços com outros edifícios e instituições: outros templos religiosos, escolas e universidades, estádios de futebol, teatros, centros de convenção, *shoppings*, túneis, viadutos e barragens de usinas hidrelétricas. As catedrais são quase que anacrônicas no mundo construído pela modernidade.

Por isso mesmo, os templos antigos ganharam um outro significado simbólico no mundo pós-moderno. Só que isso não significa que recuperaram a primazia material, a funcionalidade social e o caráter sacro das épocas tradicionais. Agora sua valorização advém do fato de serem considerados patrimônio histórico. Nesse novo sentido, as igrejas antigas já não são as “lanternas civilizadoras” que iluminariam o caminho do futuro; são apenas candeias que ajudam a ler as páginas do passado. A partir do momento em que essa nova função é valorizada pelos intelectuais, pelo Governo, pela mídia, passa a ser também pela comunidade. Nesse novo aspecto, retoma o seu papel de símbolo da identidade, pois produz visibilidade, afluência de turistas e recursos para a comunidade local.

Portanto, seja no sentido tradicional, seja no sentido pós-moderno a destruição violenta de algumas igrejas pode ser considerada uma catástrofe. Mesmo sem mortes e ferimentos, ela provoca uma grande comoção na comunidade, abalando sua identidade. Halbwachs, seguindo passos durkheimianos, afirmou que isso acontece porque a memória coletiva apoia-se nas imagens espaciais:

Quando um grupo humano vive muito tempo em lugar adaptado a seus hábitos, não somente os seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens que lhe representam os objetos exteriores. (HALBWACHS, 1990, p. 136).

Por causa disso, a maioria dos membros de um grupo seria “mais sensível ao desaparecimento de tal rua, de tal edifício, de tal casa do que aos acontecimentos nacionais, religiosos, políticos mais graves” (HALBWACHS, 1990, p. 134). Nesse aspecto, o incêndio da Igreja da Boa Morte em 1921, na cidade de Goiás, pode ser considerado uma verdadeira catástrofe para os habitantes da cidade.

O incêndio da Igreja da Boa Morte

Desde tempos imemoriais a escuridão da noite foi vista com temor. Segundo Delumeau (1989, p. 96) para os europeus de princípios dos tempos modernos, “fantasmas, tempestades, lobos e malefícios tinham muitas vezes a noite por cúmplice”. Além de fonte de perigos objetivos e inspiração para os medos subjetivos¹⁹, a noite limitava a mobilidade e a visão humana, restringindo as relações sociais. Por isso, geralmente, o dia era reservado às atividades públicas: ao trabalho, à educação, à administração dos negócios do Estado; já a noite, era reservada às atividades particulares ou íntimas: ao recolhimento familiar, ao sono, à intimidade sexual. Longe de aceitar esse pacto entre o sol e a lua, a sociedade moderna sempre aspirou estender seus domínios noite adentro.

Representativo desse desejo humano de conquistar a noite é o relato de Heródoto sobre a atitude de um faraó, ao saber de um oráculo que lhe restavam apenas seis anos de vida:

Micerino mandou fazer grande número de candeias e, logo que chegava a noite, acendia-as e passava o tempo a beber e a divertir-se sem cessar; ia pelos lagos, pelos bosques, por toda parte onde encontrasse motivo de prazer. Procurava converter as noites em dias e duplicar, dessa maneira, o número de anos que lhe restavam para viver, - de seis fazer doze – para com isso convencer o oráculo de que incidira em erro. (HERÓDOTO, 1964, p. 176).

A narrativa é surpreendente, pois relata uma antecipação da atitude moderna de inconformismo com o destino e com as limitações impostas pela escuridão da noite.

Em Goiás, se a modernização teve dificuldades de avançar sob a luz do sol, muito mais trabalhoso foi avançar sob a escuridão noturna. A fonte de iluminação interna era a luz tênue das candeias ou das velas de cera de abelha²⁰. Durante as festividades religiosas, esforçavam-se para que as igrejas ficassem bem iluminadas, utilizando, em muitos lugares, um procedimento simples, ecológico e criativo, descrito com certa ironia por Pohl (1976, p. 203): “Por falta de vidro, empregam-se para esse fim, notadamente aqui no interior, cascas de laranjas esvaziadas de seu conteúdo. Enche-se a casca de azeite, coloca-se um pavio, e eis a candeia pronta”.

Quanto à iluminação pública, apenas no final do século XIX foi implantada em alguns núcleos urbanos de Goiás. Em 1881, o presidente da Província Almeida de Moraes desabafou: “esta capital é a única do império que não é iluminada²¹”. Três anos depois, foi implementada a iluminação na Cidade de Goiás. No contrato previa-se que seriam utilizados 83 lampiões com “querosene de primeira qualidade”, acesos “do começo até às 12 horas da noite, e somente nas em que não houver luar²²”. Como a distância entre os lampiões era em média cem metros, pode-se imaginar, considerando os parâmetros atuais, o quanto era insatisfatória a iluminação na cidade.

Em 1906, na cidade de Currallinho foi utilizada pioneiramente uma lâmpada baseada na reação do carboneto com água: a famosa luz de acetileno. O discurso de inauguração foi entusiástico:

Currallinho, cujo progresso e cujo desenvolvimento são objetos de geral admiração quis também tomar no grande banquete da civilização e ei-la agora caminhando ativa para o seu desiderato. A iluminação de uma cidade corresponde a uma baixa na estatística dos crimes; a luz espanta as aves noturnas, o clarão aterroriza os criminosos.²³ (COUTO, 1906 apud ABREU, 1978, p. 194).

Currallinho estava localizada a cerca de 40 quilômetros da Cidade de Goiás. Orgulhosos, os habitantes da capital não iriam permitir que outra cidade lhe roubasse a cabeceira da mesa do “banquete da civilização” em Goiás. Desse modo, em 1919, o Governo do Estado, usurpando as funções municipais, celebra um contrato com uma empresa privada para fornecer iluminação elétrica para a capital²⁴, implantada no ano seguinte. O banquete da civilização custou caro: o governo pagaria cerca de 3:380\$000 réis pela iluminação das ruas (200 lâmpadas) e pela iluminação dos prédios públicos²⁵. Durante um ano, esse valor era superior à arrecadação da coletoria da cidade de Ipameri, a quinta maior do Estado. A iluminação particular também não era barata: uma lâmpada custava mensalmente até 20\$000, quantia suficiente para comprar 40 quilos de arroz beneficiado.

Com esse preço, a maioria dos habitantes da cidade deve ter se contentado com a penumbra do luar e desistido da utopia do “salão iluminado da civilização”²⁶.

Porém, de qualquer forma os habitantes mais endinheirados da cidade de Goiás estavam orgulhosos e contentes com a iluminação elétrica. No dia 24 de março de 1921, Quarta-Feira da semana santa, a igreja da Boa Morte, ocupando o posto da prostrada Matriz de Santana, foi enfeitada “com o melhor gosto possível para ser exposto o Santíssimo Sacramento”²⁷ na Quinta-Feira Santa. No altar principal da igreja,

flocos de algodão, como nuvens no céu de maio, pontilhado de estrelas criadas por minúsculas lâmpadas elétricas de variadas cores, fazendo arabesco entre os cortinados de filó, rendas finíssimas, frontais de cambraia, forros de seda e de cetim, confundiam-se com inúmeros buquês de perfumadas rosas, resedás, madressilvas, cravos brancos e vermelhos e delicadas angélicas, não faltando papoulas, crisântemos, palmas, crisandálias, perpétuas e saudades, em jarras de cristais. (SOUZA FILHO, 1981, p. 84).

As instalações elétricas ainda eram rudimentares. A própria lâmpada funcionava como interruptor, ou utilizava-se de uma chave geral. Os responsáveis pelo embelezamento da igreja, “maravilhados com a grandiosidade da obra, qual narciso enamorado da própria sombra no espelho das águas, saíram todos!” e “esqueceram-se de desligar a chave geral!” (SOUZA FILHO, 1981, p. 84). O curto-circuito nas instalações elétricas ou o aquecimento provocado pelas lâmpadas deve ter provocado o incêndio.

Às duas horas da madrugada²⁸, o jovem soldado Lindolpho Emiliano dos Passos dormia, “quando fui despertado pelo meu pai que acordou com o insistente badalar dos sinos das igrejas e toques de reunir nos quartéis da Força Pública e 6º Batalhões de Caçadores” (PASSOS, 1986, p. 39). Ironicamente, o alarde de incêndio veio justamente daqueles que não iriam participar das festividades litúrgicas: os presos da cadeia de Goiás (MARQUES, 1977, p. 76). Imediatamente a quietude da noite foi substituída pelos toques de sinos de todas as igrejas e da Cadeia Pública, pelas cornetas dos soldados do Exército e do Batalhão de Polícia e pelos gritos dos moradores.

A população em peso correu ao local para ajudar a debelar o incêndio: “homens, mulheres, crianças, num esforço espartano, combatem, por todos os meios, a grande fogueira, que vai destruindo tudo” (SOUZA FILHO, 1981, p. 83). Água dos chafarizes, dos poços próximos e até do distante rio Vermelho foi utilizada para evitar que o incêndio destruísse completamente a Igreja. Nesses momentos trágicos, destacam-se a inteligência e a coragem de determinados indivíduos. Nesse aspecto, as narrativas não são consensuais: Ferreira (1980, p. 106) destaca o papel do bispo, “o virtuoso D. Prudêncio que comandou o ataque às chamas”; o jornal *Correio Oficial* enalteceu o papel do presidente do Estado, “[...]”

que tomou as providências ao seu alcance a fim de evitar a propagação do fogo e concorrer para sua extinção mantendo a ordem entre os populares presentes”.²⁹ Emiliano dos Passos (1986, p. 40) é mais democrático, ressaltando a ação de “um grupo de soldados do 6º Batalhão de Caçadores, de que fiz parte galgou a torre dos sinos e desta por meio de escadas atingiu o telhado da sacristia tentando debelar o fogo que saltara para o teto do corpo da Igreja” e de uma “turma valente e destemida integrada pelos artistas do Circo Aranha: o palhaço Mocotó, o trapezista Crispim e o atleta Nicolas”. Octo Marques atribui ao palhaço Mocotó todos os créditos de heroísmo:

O saltibanco punha à mostra, naquele justo momento, as suas extraordinárias habilidades acrobáticas, ora transportando-se de janela em janela, ora afundando-se pelo Coro adentro, retirando da capela, com a agilidade de um felino as imagens e relíquias que estivessem ao seu alcance. (1977, p. 77).

Às 8 horas o fogo havia sido controlado. A Igreja da Boa Morte, edificada em 1779, com uma fachada barroca, preservara as suas fundações. No entanto, as suas alfaias e os seus demais utensílios internos foram completamente consumidos pelo fogo. Por ser a principal igreja da Cidade de Goiás na época, por ser na Quinta-Feira Santa, esse incêndio causou grande comoção. A religiosa Ana Joaquina escreveu no dia do incêndio: “foi um clamor geral que mais nunca se esqueceu destas tristes cenas³⁰”.

A igreja foi logo restaurada com subscrições populares e, em 1969, tornou-se Museu de Arte Sacra da Boa Morte, abrigando um rico acervo de imagens sacras, como as de José Joaquim da Veiga Valle, o mais conhecido artista goiano do século XIX. Perdeu as suas funções religiosas e adquiriu as funções de patrimônio cultural, um dos monumentos símbolos da cidade considerada Patrimônio Mundial pela Unesco.

Considerações finais

A proposta deste artigo foi mostrar a importância simbólica dos templos religiosos católicos na Cidade de Goiás. Os dois casos analisados – a lenta e dificultosa reconstrução da Matriz de Santana e o incêndio da Igreja da Boa Morte – demonstram a relação complexa da sociedade goiana com o “processo civilizador”, na acepção utilizada por Norbert Elias.

À medida que o século XIX transcorria em Goiás, os valores e costumes europeus, os únicos considerados “civilizados”, perdiam espaço para os dos indígenas, negros e mulatos. A elite econômica e administrativa, consciente da precariedade e da fragilidade dos alicerces da “civilização”, agarrou-se com ortodoxia na defesa de tudo aquilo que para ela

representava civilização. A estratégia adotada era compensar a ausência de atitudes “civilizadas” regulares com doses excessivas, mas esporádicas, de práticas oriundas da Europa. Era preciso parecer civilizado – principalmente para os viajantes estrangeiros – a qualquer custo. Um exemplo disso foi o jantar oferecido pelo governador Fernando Delgado ao francês Saint-Hilaire no palácio do governo, na Cidade de Goiás, no qual

[...] a comida era abundante e bem preparada, e na mesa refulgiam belas pratarias e porcelanas. Não deixava de causar assombro esse luxo, sabendo-se que o único meio de se chegar a Vila Boa era um lombo de burro e que nos achávamos a 300 léguas do litoral. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 55).

Mas o francês era por demais experiente e viajado para se impressionar tão facilmente. Ele rapidamente notou que aquele luxo todo era pura encenação:

[...] o vinho apareceu à mesa todos os dias, mas aparentemente apenas como enfeite. O governador não tomava mais que um cálice, creio, e eu só bebia água [...], havia sobre a mesa uma bandeja com esplêndidas uvas moscatéis, as quais, como vinho foram inutilmente cobiçadas pela maioria dos convivas. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 55).

Os palácios e as igrejas eram considerados catalisadores da “civilização”. O luxo de seu mobiliário e a sua imponência arquitetônica servia para compensar a rusticidade e simplicidade das residências goianas do século XIX. Esse era o papel dos templos católicos, considerados como símbolos máximos da civilização cristã. Por isso tantas foram construídas no período da mineração, o que provocou mais uma crítica de Saint-Hilaire (1975, p. 25): “como é arraigada nos brasileiros do interior a mania de construir templos inúteis”. A quantidade podia ser exagerada, mas as igrejas não eram inúteis, pois eram monumentos que reforçavam a identidade cristã e europeia da população goiana. Por isso, quando os templos eram afetados por alguma tragédia ou permaneciam inacabados, traziam tanta comoção.

Recebido em 22/06/2013

Aprovado em 16/5/2014

NOTAS

¹ A causa provável do desabamento pode ter sido uma planta defeituosa, utilizando taipa de pilão em paredes com tamanhas altura e largura (ÉLIS, 1979, p. 09).

² Relatório que a Assembléia Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1851 o Exm. Presidente da mesma Província Doutor Antônio da Silva Gomes (MEMÓRIAS... 1967, p. 88-163).

³ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goyaz na Sessão Ordinária de 1861 pelo Exm. Presidente da Província José Martins Pereira de Alencastre. (MEMÓRIAS..., 1998, p. 122).

⁴ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goyaz, pelo Exm. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis, Presidente da Província, em 1o de junho de 1875. (MEMÓRIAS..., 1999, p. 35).

⁵ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goiaz pelo Exm. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis Presidente da Província em 1o de junho de 1872. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/322/>>

⁶ Relatório do Capitão dos Engenheiros, Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim ao presidente Antero Cícero de Assis em 1o de maio de 1876. (MEMÓRIAS..., 1999, p. 133).

⁷ Relatório com que o Illm. e Exm. Sr. Dr. Joaquim de Almeida Leite Moraes Presidente da Província de Goyaz apresentou à Assembléia Legislativa Provincial na Sessão do dia 3 de novembro de 1881.

⁸ Ata da Primeira Reunião da Comissão Central (sessão feminina) das obras da Cathedral. Cidade de Goiás, 4 de abril de 1929. Livro de Atas da Comissão Feminina para Construção da Catedral. Manuscrito. Instituto de Pesquisa Histórica Brasil Central (IPHBC).

⁹ Ata da Segunda Reunião da Comissão Central (sessão feminina) das obras da Cathedral. Cidade de Goiás, 4 de abril de 1929. Livro de Atas da Comissão Feminina para Construção da Catedral. Manuscrito. IPHBC.

¹⁰ Ata da Sétima Reunião da Comissão Central (sessão feminina) das obras da Cathedral. Cidade de Goiás, 4 de abril de 1929. Livro de Atas da Comissão Feminina para Construção da Catedral. Manuscrito. IPHBC.

¹¹ O esforço de Darcília Amorim (1903-1995) na reconstrução da Matriz lhe rendeu auspiciosas homenagens, destacando-se uma comenda do Papa Paulo VI, uma placa na Catedral e um poema de Cora Coralina. Neste poema, denominado "A Catedral de Goiás", a poetisa destaca que:

Duas mãos pequenas

de mulher

se estenderam de porta em porta

dos filhos de Goiás

pedindo a sobre das mesas fartas. (CORALINA, 2001, p. 37)

¹² Entrevista do Frei Marcos Lacerda Camargo em 25 de maio de 1999. In. Proposta de Inscrição da Cidade de Goiás a Patrimônio da Humanidade. Cd-Rom, AGEPEL.

¹³ Relatório que a Assembléia Legislativa de Goyaz apresentou na Sessão Ordinária de 1839 o Exm. Presidente da mesma Província D. José de Assis Mascarenhas. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/287/>>.

¹⁴ Relatório Apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de Goiaz pelo Exm. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis Presidente da Província em 1o de junho de 1872. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/322/>>.

¹⁵ De acordo com Walter Benjamin (1989, p. 43), "Desde Luís Felipe, a burguesia se empenha em buscar uma compensação pelo desaparecimento de vestígios da vida privada na cidade grande. Busca-a entre suas quatro paredes. É como se fosse uma questão de honra não deixar se perder nos séculos, se não o rastro dos seus dias na Terra, ao menos o de seus artigos de consumo e acessórios".

¹⁶ Deusa Maria Boaventura (2001, p. 26) é uma das estudiosas da arquitetura religiosa de Goiás que defende o abandono da "historiografia da decadência", que considera a arquitetura de Goiás "pífia". Para ela, é preciso "entender essa arquitetura a partir de um universo cultural, Vila Boa de Goiás, formado por uma realidade complexa que aponta orientações interpretativas diferentes das que foram consolidadas pela historiografia tradicional".

¹⁷ Assim se pronunciaram os padres redentoristas de Campinas sobre o Hospital Evangélico de Anápolis em 1932: "a cidade clama por obreiros e as ovelhas estão muito expostas aos lobos biblus que tem seu principal covil no Hospital Evangélico, onde compram almas – a troco de injeções. In. Crônicas das Missões de Redentoristas de Goiás: 1910 – 1934. 1982: 116. Datilografado. Arquivo dos Padres Redentoristas de Goiânia.

¹⁸ O motivo da briga teria sido uma disputa por posições na procissão da Semana Santa de 1760. Depois de ser chamado de "capitão dos caboclos", Godoy teria arrancado a peruca de Lisboa e batido com ela no seu rosto. Em represália, o juiz mandou, conforme carta de Godoy, "repetidas vezes a seus escravos, e ditos capitães do mato [que] me atirassem à espingarda a fim de me matarem: assim o executarão os mesmos descarregando-me vários tiros; dos quais um só disparou, ferindo-me o braço direito; e com as mais penetrantes feridas que me fizeram na cabeça, deixaram-

me com evidente risco de vida. Assim maltratado, recolhi-me a Igreja Matriz para obviar o furor daqueles régulos: na qual estive alguns dias, até que pela misericórdia de Deus, recobrei forças para com novos alentos servir a Vossa Majestade [...]”. Carta do Capitão Mor da Conquista do Gentio na Capitania de Guayaz, João de Godoy Pinto da Silveira, ao Rei de Portugal. Arraial da Anta, 28 de maio de 1760. (BERTRAN, 2000, p. 116, nota 21).

¹⁹ Bernardo Élis (2003, p. 41) descreveu bem como a noite multiplicava os medos da população rural: “A noite começou a borrar tudo de preto. O mato era aquela massa escura, cheia de estalidos, cheia de palpitações de silêncio, cheia de passos cautelosos no invisível.” O medo da noite podia estar associado ao medo da Lua. O padre João Perestrello que estava incomodando com suas excomunhões os habitantes de Vila Boa, em 1749 foi declarado por uma junta de dois médicos que estava “pouco seguro de suas faculdades mentais no novelúnio e plenilúnio. O padre enlouquecia nas luas novas e nas cheias.” (BERTRAN, 2002, p. 26). Portanto, o verso da bela modinha vilaboense “Noites Goianas” (composta por Joaquim Santana) demonstra uma idealização romântica da lua e da noite tardia:

Tão meigas, tão claras, tão belas, tão puras
por certo não há!

São noites de trovas, de beijos, de juras
as noites de cá...

A lua derrama no céu azulíneo
seu manto de prata
e Deus, das estrelas abrindo o escrínio,
no céu as desata..

²⁰ A construção de velas de cera de abelha era um processo bem trabalhoso, conforme se pode deduzir da descrição de Saint-Hilaire (1975, p. 91): “O Conde da Barca, Ministro de D. João VI tinha tentado vários métodos de clarificação da cera indígena, todos sem resultado. Na cidade de Goiás vi um artesão que conseguiu torná-la perfeitamente branca e cujo segredo consistia apenas em derretê-la, retirar a espuma, dividi-la em pequenos blocos e expô-la ao sol. Repetia essa operação até dezesseis vezes, o que levava dois ou três meses, e ao cabo desse tempo a cera ficava quase tão branca quanto a das nossas abelhas domésticas. Usei velas feitas com essa cera, e elas se mostraram satisfatórias. Não obstante, achei sua luz muito mais vermelha do que a das excelentes velas então à venda no Rio de Janeiro. Além disso fazia muito mais fumaça e derretia muito mais rapidamente.” Outro material – mais comum – na construção de velas era o sebo bovino. Era derretido e posto em moldes de folhas de flandres, afinado na extremidade. Dentro do molde um pavio de algodão torcido, preso por um pedaço de madeira. (ABREU, 1978, p. 197).

²¹ Relatório com que o Ilm. e Exm. Sr. Dr. Joaquim de Almeida Leite Moraes Presidente da Província de Goyaz apresentou à Assembléia Legislativa Provincial na Sessão do dia 3 de novembro de 1881. (MEMÓRIAS..., 2001a, p. 233).

²² Relatório com que ao Ilmo. e Exm. Sr. Dr. Antônio Gomes Pereira Júnior presidente da Província de Goyaz, passou a administração da mesma o Exm. Sr. 1o Vice-Presidente Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, em 22 de fevereiro de 1883. (MEMÓRIAS..., 2001b, p. 90-91).

²³ Discurso de Luiz Ramos de Oliveira Couto, Currealinho, 12 de junho de 1906.

²⁴ A produção da energia elétrica foi inicialmente a vapor, mas logo passou a ser produzida pela força hidráulica.

²⁵ As quarenta cláusulas do contrato entre o Estado e Joaquim Guedes de Amorim se encontram na Mensagem Enviada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz pelo Presidente Desembargador João Alves de Castro na 2a Sessão da 8a Legislatura em 13 de maio de 1918. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u197/>>. Acesso em: 5 de jun. 2013.

²⁶ Atualmente (2013), com o valor pago a essa quantia de arroz é suficiente para comprar até 20 lâmpadas incandescentes.

²⁷ Diário de Anna Joaquina da Silva Marques. Manuscrito. Instituto de Pesquisa Histórica Brasil Central – PUC- GO

²⁸ A hora da descoberta do incêndio varia conforme as fontes consultadas: 2 horas (Passos, 1986, p. 39), meia-noite (Marques, 1977, p. 76) e 3 horas (Diário de Ana Joaquina e o Correio Oficial de 24 de março de 1921, IPHBC). As duas primeiras são memórias, as outras são relatos contemporâneos. Seguindo a norma dos historiadores metódicos, estas têm primazia sobre aquelas.

²⁹ Correio Oficial, Cidade de Goiás, 24 de março de 1921. Instituto de Pesquisa Histórica Brasil Central (PUC-GO)

³⁰ Diário de Anna Joaquina da Silva Marques. Manuscrito. Instituto de Pesquisa Histórica Brasil Central (PUC-GO)

REFERÊNCIAS

- ABREU, Edmundo Pinheiro de. *Currallinho, seus costumes e sua gente*. Goiânia: Oriente, 1978.
- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás*. Goiânia: Sudeco, 1979.
- BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas III*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 9-149.
- BERTRAN, Paulo. *Cidade de Goiás, Patrimônio da Humanidade, origens*. Goiânia: Instituto Rizzo, 2002.
- BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central*. Brasília: Verano, 2000.
- BOAVENTURA, Deusa Maria. *Arquitetura religiosa de Vila Boa de Goiás no século XVIII*. 2001. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de São Carlos, 2001.
- BORGES, Humberto Crispim. *História de Silvânia*. Goiânia: Cerne, 1981.
- CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora da UFG, 2001.
- COELHO, Gustavo Neiva. *O espaço urbano em Vila Boa*. Goiânia: UCG, 2001.
- CORALINA, Cora. *Villa Boa de Goyaz*. São Paulo: Global, 2001.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. v. 2.
- ÉLIS, Bernardo. O caso inexplicável da orelha de Loló. In: TELES, Gilberto Mendonça (Sel.). *Os melhores contos de Bernardo Élis*. São Paulo: Global, 2003, p. 35-55.
- ÉLIS, Bernardo. Vila Boa de Goiás. In: MAIA, Tom; ÉLIS, Bernardo; MAIA, Thereza R. de C. (Org.). *Vila Boa de Goiás*. São Paulo: Editora Nacional; Rio de Janeiro: Embratur, 1979, p. 5-25.
- FANSTONE, James. *Missionary Adventure in Brazil: the amazing story of the Anapolis Hosital*. Sussex: Henry E. Walter Ltd., [1972].
- FERREIRA, Joaquim Carvalho. *Presidentes e Governadores de Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1980.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice: Revista dos Tribunais, 1990.

HERÓDOTO. *História*. Coleção Clássicos Jackson. São Paulo: W.M. Jackson, 1964. v. 1.

MARQUES, Octo. *Casos e lendas de Vila Boa*. Goiânia: edição do autor: 1977.

MEMÓRIAS Goianas 5. *Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1850-1852)*. Goiânia: UCG, 1996.

MEMÓRIAS Goianas 9. *Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1861-1863)*. Goiânia: UCG, 1998.

MEMÓRIAS Goianas 12. *Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1875-1879)*. Goiânia: UCG, 1999.

MEMÓRIAS Goianas 13. *Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1880-1881)*. Goiânia: UCG, 2001a.

MEMÓRIAS Goianas 14. *Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1882-1889)*. Goiânia: UCG, 2001b.

PASSOS, Lindolpho Emiliano dos. *Goiás de ontem: memórias militares e políticas*. Goiânia: edição do autor, 1986.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: São Paulo: USP, 1976.

SAINT-HILAIRE, August. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975.

SILVA E SOUZA, Luiz Antônio da. Memória sobre o Descobrimento, Governo e População e Cousas mais Notáveis da Capitania de Goiás. In: TELES, José Mendonça (Org.). *Vida e obra de Silva e Souza*. Goiânia: UFG, 1998, p. 71-139.

SOUZA FILHO, Eduardo H. de. *Nos tempos de Goyaz*. Goiânia: Unigraf, 1981.

ZALUAR, Augusto Emílio. *O Doutor Benignus*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.